

PROTOCOLO 01-006381/2018

PARECER Nº. 016/2018-DP-4

**CONTRATAÇÃO MEDIANTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO –
AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DE INFORMÁTICA - HD
EXTERNO - VIABILIDADE
JURÍDICA.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de dispensa de licitação para aquisição de material de informática - HD Externo, para atender as necessidades administrativas e reposição de estoque da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 01/02).

Com fundamento no inciso II, c/c o seu parágrafo único, no caso concreto, ora apresentado, juridicamente poderá ser dispensada a licitação para contratação do serviço descrito no projeto básico, conforme norma contida no artigo 24 da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993).

A dispensa da licitação se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação.

Tendo em vista que a Lei de Licitações confere às empresas de economia mista o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor descrito na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/1993 e os orçamentos apresentados se amoldam ao *quantum* estabelecido por tal dispositivo legal como limite para a dispensa de licitação, e em sendo a contratante, Curitiba S.A., uma empresa de economia mista, não há como olvidar-se que a dispensa de licitação da pretendida aquisição poderá ser executada.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, estando o procedimento de dispensa regularmente instruído com projeto básico contemplando justificativa demonstrando a necessidade do serviço para fins de reposição em equipamentos defeituosos e com risco de perda da capacidade e desempenho das máquinas, a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls.22), bem como autorização de Diretoria Executiva (fls.19).



CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Folha nº. 42.....
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

De igual forma, observa-se que foi acostado ao processo orçamento obtido junto ao mercado (fls. 14/18), demonstrando que estão de acordo com a prática de mercado, e ainda, que os valores apresentados são compatíveis com o limite legal estabelecido para a dispensa de licitação, não havendo óbice jurídico para sua execução.

Diante disto, entende essa Supervisão Jurídica não haver óbice para que seja contratado os serviços em tela, mediante dispensa de licitação fundamentada nas disposições do Inciso II, do Artigo 24, da Lei 8.666/93, remetendo o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao presente.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2018.

Ricardo Costa Maguetas

OAB/PR 28.275

Assessor Jurídico